

intimação dos Representados Francinaldo Bezerra, Chamas Gás Comércio de Gás Ltda. - EPP, Francinaldo Bezerra - ME e Super Comércio de Água e Gás Ltda. para, no prazo de 05 (cinco) dias, contados em dobro nos termos do art. 102, IV, do RI-Cade, justificarem a pertinência e necessidade da oitiva da testemunha arrolada, sob pena de indeferimento; (vi) pela intimação do Representado Josinaldo Henrique de Melo para que, no prazo de 05 (cinco) dias, contados em dobro nos termos do art. 102, IV, do RI-Cade, apresente a qualificação completa da testemunha arrolada, bem como justifique a pertinência e necessidade de sua oitiva, sob pena de indeferimento; (vii) pela suspensão do Processo Administrativo em relação à Representada Liquigás Distribuidora S.A., em virtude da celebração de Termo de Compromisso de Cessação - TCC; e (viii) pela juntada de documentos relacionados ao supracitado TCC (SEI 0385512; 0382715; 0382714; e 0382707) ao apartado de acesso restrito nº 08700.002346/2016-32, para que constem do conjunto probatório, em conformidade com as competências previstas nos arts. 13 e 72 da Lei 12.529/11. Ficam os Representados intimados de que: (a) a ciência dos documentos juntados independe de vista, por se tratar de processo eletrônico; (b) faculte-se a manifestação sobre tais documentos até o final da instrução, sem prejuízo das alegações previstas no art. 73 da Lei 12.529/11; (c) conforme consta do próprio TCC, seu objeto restringe-se ao escopo da conduta investigada, qual seja, o mercado sob investigação no Processo Administrativo nº 08700.003067/2009-67, conforme definido na Nota Técnica nº 66/2016/CGAA6/SGA2/SG/CADE e no Despacho de Instauração nº 19/2016/SG. Nos termos do art. 13, inciso IV, da Lei 12.529/2011, esta SG/CADE, no interesse da instrução desse Processo Administrativo, produzirá provas documentais e orais que serão designadas oportunamente.

Em 19 de setembro de 2017

Nº 1.395 - Ato de Concentração nº 08700.005397/2017-05. Reque-rentes: Café 3 Corações S/A e Toko Logística e Distribuição S/A. Advogados: Maria Sylvia de Toledo Ridolfo, Isabela Amorim Diniz Ferreira, Cândido José Monteiro de Castro Neto e outros. Acolho o Parecer nº 262/2017/CGAA5/SGA1/SG/CADE, de 19 de setembro de 2017 e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive quanto a sua motivação. Decido pelo não conhecimento do ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Interino

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA DA 436ª REUNIÃO ORDINÁRIA,
REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2017

Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP reuniram-se no Salão Negro do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília-DF. Compareceram: o Presidente, Cesar Mecchi Moraes; o 1º Vice-Presidente Paulo Antonio de Carvalho; 2º Vice-Presidente Fernando Pastorelo Kfourir e os seguintes membros: Aldovandro Fragoso Modesto Chaves; Alessa Pagan Veiga; Ariovaldo Toledo Pentead Junior; Arthur Correia da Silva Neto; Diogo Rudge Malan; Eugenio Paes Amorim; Fernanda Regina Vilares; Fernando Fragoso; Joao Batista da Silva Fagundes; José Barroso Filho; Máximo Alves Barbosa Filho; Maria Tereza Uille Gomes; Olheno Ricardo de Souza Scucuglia; Otávio Augusto de Almeida Toledo; Pedro Eurico de Barros e Silva; Roberto Teixeira Pinto Porto; Tais Schilling Ferraz; Ulysses de Oliveira Gonçalves Junior; Vilobaldo Adelidio de Carvalho. Justificaram a ausência os seguintes membros: Maria Gabriela Viana Peixoto; Karla Andreia Magalhães Timbo Pinheiro; Ruy Celso Barbosa Florence. Estiveram também presentes os seguintes convidados: Diógenes Junior-SSP/SP; Alamiro Velludo S. Netto; Marco Antonio Severo-DEPEN/MJ; Mara Fregapani-DEPEN/MJ; Luiz Philipe Sprigico-UnB; Gisele Bortolini-MS; Helissa Moreira-MS; Lindomar Coelho-MS; Rodrigo Lopes-DEPEN/MJ; Susana Ines-DEPEN/MJ; Breno Amorim-DEPEN/MJ. O Presidente iniciou a reunião procedendo apresentando a Ata da 435ª Reunião Ordinária do CNPCP, sendo aprovada pelo Plenário. Em seguida, o presidente iniciou os itens de pauta, apresentando a Medida Provisória n. 781 de 2017, solicitando manifestação de todos os membros do Colegiado presentes acerca das propostas de emendas da referida Medida Provisória, especificamente quanto à Emendas n.13 e n. 14 de autoria do Deputado Federal Jose Carlos Aleluia, em trâmite na Câmara dos Deputados. Diante da matéria, se manifestaram contrários às propostas da Emenda 14: o Presidente, Conselheiro Cesar Mecchi Moraes, 1º Vice-Presidente Conselheiro Paulo Antônio de Carvalho, 2º Vice-Presidente Conselheiro Fernando Kfourir, Conselheiro Máximo Alves, Conselheiro Olheno Scucuglia, Conselheiro Otávio Toledo, Conselheiro Ulysses Gonçalves, Conselheira Tais Schilling, Conselheiro Arthur Correa, Conselheiro Ariovaldo, Conselheiro Vilobaldo, Conselheiro Fernando Fragoso, Conselheiro José Barroso Filho, Conselheiro João Fagundes, Conselheira Fernanda Vilares, Conselheiro Diogo Malan, Conselheira Alessa Pagan, Conselheiro Pedro Eurico, Conselheira Maria Tereza Uille. O Conselheiro Aldovandro Fragoso se manifestou a favor exclusivamente do §2º da proposta da Emenda 14. O Conselheiro Arhur Correia sugeriu que os membros suplentes fossem estabelecidos como membros titulares, perfazendo, assim, a composição do CNPCP para 26 membros titulares. Após o debate, as propostas das Emendas n. 13 e 14 referentes à Medida Provisória 781/2017 foram vencidas pela maioria do Plenário. Em seguida, o presidente suspendeu a sessão para iniciar

o descerramento ao Ex-Presidente do CNPCP Dr. Alamiro Velludo Salvador Netto, inaugurando o seu quadro na Galeria de Retratos dos Ex-Presidentes do CNPCP. Em continuidade aos itens de pauta, a Conselheira Alessa Pagan, a Sra. Mara Fregapane, Coordenadora-geral de Promoção da Cidadania do Departamento Penitenciário Nacional, e a Sra. Michele Lessa, Coordenadora-geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, apresentaram a minuta de Resolução que dispõe sobre a prestação de serviços de alimentação e nutrição às pessoas privadas de liberdade e aos trabalhadores no sistema prisional. Após debate e discussão em Plenário, como encaminhamento, a Conselheira Alessa Pagan e as convidadas apresentaram, na próxima reunião do CNPCP, a minuta de Resolução destacando, sobretudo, o viés de diretriz geral de política penitenciária. Seguindo os itens de pauta, a Conselheira Alessa Pagan e a Sra. Mara Fregapane apresentaram a minuta de Resolução que trata da assistência material no sistema prisional. Como encaminhamento, o mérito da proposta foi aprovado pelo Plenário, sendo que a redação final da minuta de Resolução será aprovada na próxima reunião. A pedido do Conselheiro Pedro Eurico, o texto básico da minuta será apresentado no Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária - CONSEJ para conhecimento. Em sequência, o Conselheiro Joao Fagundes apresentou o Relatório de Inspeção Prisional no Estado do Acre, derivado de visita realizada no período de 26 a 30 de junho do ano corrente. Após apresentação e discussão em Plenário, o Relatório foi aprovado e será encaminhado para as autoridades do Estado do Acre. Em sequência, o Plenário decidiu acrescentar na pauta da próxima reunião o parecer do Conselheiro Diogo Malan sobre proposta de conciliação criminal, elaborada inicialmente pela Conselheira Maria Tereza Uille. A seguir, a Conselheira Alessa Pagan apresentou a minuta de Resolução que trata do envio de cópia de auto de prisão em flagrante de Mulheres grávidas, lactantes e com filhos até doze anos incompletos ou deficientes para o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). Após apreciação, a Resolução foi aprovada pelo Plenário. Após, o Conselheiro Joao Fagundes manifestou a sugestão de se reestruturar a Secretaria Executiva do CNPCP, com criação de cargo próprio e/ou gratificação equivalente, em complemento ao assunto relacionado à reestruturação do CNPCP elencada no primeiro item da Ata. Para finalizar, o Presidente informou sobre a criação da Comissão para elaboração da minuta de Decreto de Indulto para o ano de 2017, sendo integrada pelos seguintes membros: Conselheiro Fernando Kfourir, na qualidade de presidente da comissão; Conselheiro Ulysses Gonçalves, na qualidade de relator; Conselheiro Diogo Malan e Conselheira Tais Schilling. Para constar, lavrou-se a presente ata redigida por Jefferson Alves Lopes, analista do Ministério da Justiça, e revisada por Rafael de Sousa Costa, Secretário Executivo do CNPCP.

CESAR MECCHI MORALES
Presidente do Conselho

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA FEDERAL DIRETORIA EXECUTIVA COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 4.534, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/47905 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VOLKSWAGEN DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 59.104.422/0001-50 para atuar em São Paulo com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 1757/2017 (CNPJ nº 59.104.422/0057-04) e nº 1902/2017 (CNPJ nº 59.104.422/0024-46).

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.545, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/59206 - DPF/SOD/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AGROPECUARIA DOIS LAGOS LTDA, CNPJ nº 17.140.425/0001-07 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.554, DE 29 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/52627 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa IMB TEXTIL LTDA, CNPJ nº 58.500.398/0001-05 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.566, DE 29 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/61840 - DPF/MBA/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0132-02, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

4 (quatro) Pistolas calibre .380

36 (trinta e seis) Munições calibre 38

180 (cento e oitenta) Munições calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.711, DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/57476 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa LIFE DEFENSE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.674.687/0002-57, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal em Goiás.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.735, DE 6 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/44245 - DPF/JVE/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EMBRASE EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 57.574.154/0006-19, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 1935/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.754, DE 6 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/65864 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SOCIEDADE ALPHA-VILLE RESIDENCIAL 5, CNPJ nº 51.244.861/0001-56, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

96 (noventa e seis) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.767, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/49619 - DPF/NRI/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOR SECURITY EIRELI, CNPJ nº 04.635.449/0001-87, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1731/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA